

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora Executiva*LUIZ ORLANDO CARNEIRO — *Diretor (Brasília)*WILSON FIGUEIREDO — *Diretor de Redação*DACIO MALTA — *Editor*ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*ETEVALDO DIAS — *Editor Executivo (Brasília)*

Atração pelo Abismo

O presidente da República convocou a nação ao entendimento e, no dia seguinte, diante da gravidade do momento nacional, os governadores dos estados dispuseram-se a participar da mobilização política para tirar o país da ingovernabilidade em matéria de finanças públicas.

O apego solitário — entre 180 nações do mundo — à indexação não livrou o Brasil da inflação. Ao contrário, tornou-a uma doença crônica. Desde a primeira hora, o governo Collor tem tentado desintoxicar a sociedade dos vícios da indexação. Mas a cultura econômica nacional continua recorrendo ao repasse automático de custos (e mais alguma coisa) ao elo seguinte da produção e da venda, o consumidor.

Mesmo sem a indexação oficial, a inflação ameaça chegar rapidamente à faixa dos 20% mensais. É um patamar perigoso por agravar mais o quadro da distribuição da renda nacional, que já detonou (inclusive neste governo) vários planos econômicos de emergência — todos sem sucesso. Até porque esbarraram em antigos aspectos legais e novos obstáculos criados pela Constituição de 1988.

O país está diante de grave desafio e não pode fugir da verdade. A chave do destino nacional está nas mãos do Congresso. Lamentavelmente, a queda-de-braço que se trava entre o governo e a oposição, em torno da nova política salarial, mostra a falta de coragem dos deputados e senadores para assumirem a sua parcela de responsabilidade.

O empenho do Congresso em votar, a toque de caixa, uma lei salarial reindexando os salários indica uma tática interesseira. Significa, mais uma vez, a tentativa de ficar bem com o eleitorado e de transferir para o governo a opção de aceitar a volta inevitável da inflação (que impingirá novamente maiores sacrifi-

cios aos assalariados) ou assumir o ônus do veto a uma política salarial irresponsável e sem qualquer compromisso com a estabilidade econômica.

O Congresso passou o primeiro semestre simulando votar uma lei salarial. Havia centenas de leis para votar: precisamente 112 novas leis, ordinárias e complementares, que dessem forma definitiva à Constituição de 1988. A maioria delas, entretanto, não se presta à demagogia fácil dos políticos, que acenam favores com uma das mãos e tiram com a outra.

A concentração de dissídios, nos meses de setembro e outubro, no setor público e privado, torna ainda mais previsível a velha manobra dos congressistas. No ano passado já foi assim: o Congresso insistiu numa política salarial generosa em agosto, que é o final do prazo. Agora, depois de terem se auto-aumentado em 64,5%, os congressistas lavam mais uma vez as mãos com outra proposta de indexação salarial, com maior impacto desestabilizador, em especial sobre a já precaríssima situação das finanças dos estados e municípios.

Eleito por 35 milhões de votos, o governo não pode, no entanto, fugir às suas responsabilidades com a nação e, mesmo comprometendo a sua popularidade, não pode deixar a inflação fugir ao controle. Os juros em alta estão aí para desestimular manobras especulativas com estoques.

Chamados a dar curso ao entendimento nacional, os políticos perderam a grande oportunidade de mostrar à nação que estão à altura da confiança dos eleitores. Ao aprovarem a reindexação até a faixa de sete salários, os congressistas voltaram a jogar para a ruidosa platéia presente à votação, pois já sabiam que iriam sofrer o dramático veto presidencial, para não lançar o país no abismo da ingovernabilidade.